



Congresso permite que servidor público se aposente aos 75 anos

Veto do governo a projeto que estabelece a nova regra foi derrubado ontem em sessão conjunta do Senado e da Câmara. Agora a proposta será promulgada

Senadores e deputados estenderam ontem ao servidor público nova regra de aposentadoria compulsória. Hoje o servidor é obrigado a se aposentar quando completa 70 anos. Com a derrubada do veto de Dilma Rousseff, o limite passa a ser 75 anos, tal como é para os ministros dos tribunais superiores. Segundo o autor da proposta, José Serra, a medida traz benefícios ao

governo e à sociedade. Ele estima economia de até R\$ 1,2 bilhão por ano aos cofres públicos. Outros três vetos foram analisados pelos parlamentares, que decidiram mantê-los (*quadro abaixo*).

O Congresso volta a se reunir hoje para votar mudança na meta fiscal deste ano que permite deficit de até R\$ 119,9 bilhões. Proposta orçamentária para 2016 também está na pauta. **3**

- ✓ Aposentadoria obrigatória de servidores somente aos 75 anos
- ✗ Turismo entre as atividades rurais
- ✗ Crédito para profissionais de segurança no Programa Minha Casa, Minha Vida
- ✗ Regulamentação da profissão de designer



Jonas Pereira/Agência Senado

Depois da votação dos vetos, ficou decidido que o Congresso volta a se reunir hoje para analisar a mudança na meta fiscal



Jonas Pereira/Agência Senado

Edison Lobão, Vicentinho Alves, Renan Calheiros, Gladson Cameli e Zeze Perrella no Plenário do Senado

R\$ 950 milhões extras ajudarão cinco ministérios

O Plenário aprovou ontem, por unanimidade, medida provisória que libera R\$ 950 milhões para cinco ministérios. Serão beneficiadas as pastas de

Integração Nacional, Relações Exteriores, Justiça, Transportes e Defesa. A maior parte dos recursos será destinada para atender vítimas de desastres

naturais, como seca ou chuvas. A verba também ajudará o custeio de embaixadas e consulados no exterior. A MP segue agora para promulgação. **5**

Sem dados, CPI do HSBC antecipa fim de atividades **6**

Relatório cobra mais recursos para o São Francisco **7**

CPI do Futebol quebra sigilo de ex-dirigentes da CBF **6**

Plenário aprova regulamentação do Conselho Fiscal

O Senado aprovou projeto que regulamenta o Conselho de Gestão Fiscal, destinado a normatizar as contas federais, estaduais e municipais e a impedir manobras fiscais com dinheiro público. O conselho foi criado por lei há 15 anos, mas até hoje não saiu do papel. O projeto vai para a Câmara. **5**

Rede e PPS pedem cassação de Delcídio

O PPS e a Rede apresentaram um pedido ao Conselho de Ética do Senado pela cassação do mandato do senador Delcídio do Amaral, em prisão preventiva sob a suspeita de tentar prejudicar a Operação Lava-Jato. Segundo o requerimento dos partidos, Delcídio quebrou o decoro parlamentar. **2**

Comissão prevê arrecadação com CPMF no Orçamento de 2016

O relatório de Receitas da proposta orçamentária para 2016 foi aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento, incluindo R\$ 10,1 bilhões a serem arrecadados

com a CPMF. No entanto, a recriação do tributo ainda não passou no Congresso. O relator, Acir Gurgacz, estimou a receita primária total em R\$ 1,451 trilhão. **4**



Geraldo Magela/Agência Senado

Acir Gurgacz, Paulo Bauer e Rose de Freitas na Comissão Mista de Orçamento

Reeducar agressor pode evitar nova violência contra mulheres

A reeducação dos agressores de mulheres é possível, desde que haja políticas públicas específicas, disseram os participantes

de debate na Comissão de Direitos Humanos. Eles apresentaram resultados positivos de experiências em alguns estados. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Debatedores pedem políticas para reabilitar quem infringe a Lei Maria da Penha

Documento, também assinado pelos líderes do DEM e do PSDB, foi apresentado ontem ao Conselho de Ética, que terá 5 dias para decidir se arquiva ou acolhe o pedido contra o senador, que está preso

Rede e PPS fazem pedido pela cassação de Delcídio

O PPS e a Rede apresentaram uma representação no Conselho de Ética do Senado contra Delcídio do Amaral (PT-MS). O documento pede um procedimento disciplinar para verificar se o senador quebrou o decoro parlamentar.

O líder da Rede, Randolfe Rodrigues (AP), afirmou que os recentes acontecimentos envolvendo Delcídio constituem um flagrante descumprimento do Código de Ética e defendeu a cassação do senador.

— Lamentavelmente, diante da força dos acontecimentos, não cabe nenhuma das outras punições previstas no regimento. A única punição cabível, no nosso entender, é a cassação.

A representação também com o apoio das lideranças da Rede, do PPS, do DEM e do PSDB. Segundo Randolfe, essa opção foi feita devido a um dispositivo regimental que diz que os partidos que subscrevem a representação não podem ser designados para relatoria.

— Se todos partidos da oposição subscrevessem, não restaria nenhum deles para assumir a relatoria — ressaltou.

O líder do DEM, Ronaldo



Randolfe, Cássio, Caiado e Medeiros levam pedido ao Conselho Ética do Senado

Caiado (GO), destacou que os fatos recentes envolvendo Delcídio constroem todos os parlamentares. Para ele, a situação leva um pouco do descrédito do Poder Executivo para o Legislativo.

— Se nós não tomarmos uma iniciativa rápida, poderá dar uma interpretação de que todos estão coniventes com o processo — disse.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), afirmou que, com essa ação, os senadores estão cumprindo o seu papel institucional. Segundo ele, o Senado agiu com eficiência tanto na análise da manuten-

ção da prisão de Delcídio quanto no processo para protocolar a representação.

O presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), terá cinco dias úteis para se decidir pelo arquivamento ou pelo recebimento do documento.

Delcídio foi preso na última quarta-feira pela Polícia Federal por suspeita de obstrução da Operação Lava-Jato, que investiga esquema de corrupção na Petrobras. A prisão preventiva foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal após apresentação de provas pelo Ministério Público Federal.

Medida provisória regulamenta venda de imóveis da União

A medida provisória (MP) que autoriza e regulamenta a venda de imóveis e terrenos da União foi lida ontem no Plenário do Senado e passa a trancar a pauta de votações.

Pela MP 691/2015, os ocupantes dos imóveis e terrenos, desde que cadastrados na Secretaria do Patrimônio da União, poderão adquirir permanentemente a propriedade pagando o valor de mercado, acrescido de eventuais melhorias promovidas.

Somente os imóveis e terrenos incluídos em uma futura portaria do Ministério do Planejamento estarão sujeitos à alienação nos termos do projeto.

As normas não poderão ser aplicadas a propriedades dos Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa, das Forças Armadas e aquelas localizadas em áreas de fronteira ou de segurança. A MP foi lida pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), que presidia a sessão.

Flexa critica PT e diz que Brasil não pode virar “república da corrupção”

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o Brasil não pode virar a república da corrupção, acrescentando que os corruptos devem ser tirados do poder.



Se isso não for feito, alertou o senador, “a roubalheira e a incompetência” do governo do PT vão continuar gerando efei-

tos negativos na economia, na educação, na saúde e na segurança, além de comprometer o orçamento dos outros dois Poderes.

Flexa afirmou que, em vez de ser o indutor do desenvolvimento do país, o governo freia o crescimento.

Do Conselho de Ética ao Plenário

A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Atual presidente: **João Alberto Souza** (PMDB-MA)

15 membros + Corregedor do Senado

- Promove manutenção do decoro, ordem e disciplina
- Zela pela segurança interna e externa do Senado
- Faz sindicância sobre denúncias de ilícitos por senadores
- Eleito com 3 substitutos, nos moldes da eleição da Mesa
- Mandato de 2 anos
- Cargo está vago desde dezembro de 2014

O PROCESSO, PASSO A PASSO

	PRAZO	OBSERVAÇÃO
A representação é entregue diretamente ao conselho. Presidente decide por arquivamento ou recebimento	5 dias úteis	
Em caso de arquivamento, cabe recurso ao Plenário do conselho	2 dias úteis	Deve ser subscrito por, pelo menos, 5 membros do conselho
Relator é definido por sorteio, de preferência excluindo partidários do denunciado e dos denunciantes	Convocação do conselho	
Senador denunciado apresenta defesa	10 dias úteis	Deve conter rol de testemunhas (máximo de 5) e documentos
Na ausência da defesa pelo senador, presidente designa defensor para fazê-la	10 dias úteis	O denunciado pode substituir o defensor ou assumir a defesa a qualquer momento
Relator apresenta relatório preliminar	5 dias úteis	Análise pertinência da representação
Conselho vota relatório preliminar	5 dias úteis	Votação aberta, nominal e por maioria simples
Instruções probatórias	Até 30 dias úteis	Apenas se o conselho achar necessário. Consistem em oitiva de testemunhas, solicitação de documentos e (ou) perícias especializadas
Denunciado apresenta alegações finais	3 dias úteis	
Relator apresenta relatório final	10 dias úteis	Analisa mérito da representação
Conselho vota relatório final	Convocação do conselho	Votação aberta, nominal e por maioria simples
Processo vai à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)	Sem prazo definido	
CCJ analisa aspectos constitucionais, legais e jurídicos	5 sessões	Prazo corresponde a sessões deliberativas ordinárias do Senado
Processo segue para a Mesa Diretora, para leitura em Plenário e inclusão na ordem do dia	Sem prazo definido	
Plenário vota pela cassação ou manutenção do mandato	Ordem do dia	Votação secreta e por maioria absoluta

DETALHES IMPORTANTES

- A renúncia do senador denunciado após o recebimento da representação pelo Conselho de Ética não interrompe o processo nem prejudica as sanções aplicáveis (perda do mandato, inelegibilidade).
- O denunciado pode ter advogado de defesa atuando em todas as fases.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Rastreamento de carga**
8h30 Abre pauta de 5 itens projeto que obriga o uso de mecanismo de rastreamento de carga no transporte de materiais nucleares e radioativos.
- VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Evento**
8h30 A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher e a Procuradoria da Mulher do Senado promovem o seminário Mulheres, Violência e Mídias Sociais.
- CAS Regulamentação de atividades**
9h Projetos que regulamentam o exercício da profissão de designer de interiores e a atividade profissional de guarda-viadas integram pauta com 10 itens.
- CDR Sudam e Sudene**
9h Na pauta de 12 itens, proposta que cria no Senado a Frente Parlamentar em Apoio à Sudam e projeto que conceitua o semiárido na área de atuação da Sudene.
- CDH Violência obstétrica**
9h Audiência pública interativa para debater a violência obstétrica no Brasil. Depois, reunião deliberativa com 8 itens.
- AGENDA BRASIL Depósitos judiciais**
9h Abre pauta de 12 itens projeto que cria novas regras para o uso de depósitos judiciais.
- MP 690/2015 Relatório**
9h30 Análise de relatório da MP que eleva o tributo de produtos eletroeletrônicos e de bebidas quentes.
- CCJ Reforma política**
10h Na pauta, a PEC da Reforma Política.
- CE Educação profissional inclusiva**
10h Audiência pública interativa sobre inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional.
- SESSÃO ESPECIAL Comenda**
11h Sessão especial destinada à entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.
- TRANSPARÊNCIA Requerimentos**
11h30 Comissão avalia requerimentos.
- CONGRESSO Meta fiscal e LDO**
12h Análise da alteração da meta fiscal de 2015 e do Orçamento de 2016.
- ORÇAMENTO Audiência pública**
14h Reunião extraordinária. Às 17h, audiência pública do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índices de Irregularidades Graves.
- PLENÁRIO Imóveis da União**
14h MP que regulamenta a venda de imóveis da União tranca a pauta.
- MP 695/2015 Bancos públicos**
14h30 Análise do relatório da MP que autoriza Banco do Brasil e Caixa a adquirir participação em instituições financeiras.
- MP 692/2015 Imposto sobre imóveis**
15h Análise do relatório da MP que aumenta IR sobre venda de imóveis.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h Renan Calheiros dirige a ordem do dia da sessão plenária.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Servidor poderá se aposentar até os 75 anos

O Congresso derrubou ontem veto de Dilma a projeto que estende aos servidores públicos a nova idade máxima para aposentadoria, que já vale para tribunais superiores

OS SERVIDORES PÚBLICOS da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios poderão trabalhar até os 75 anos antes de serem obrigados a se aposentar. Hoje a aposentadoria compulsória se dá aos 70 anos. O Congresso derrubou, na noite de ontem, o veto integral (VET 46/2015) ao projeto de José Serra (PSDB-SP) que muda a idade-limite para permanecer no serviço público.

Entre os senadores, foram 64 votos a favor da derrubada do veto e apenas 2 contrários. Já na Câmara, foram 350 votos pela derrubada e 15 contrários, além de 4 abstenções.

A proposta (PLS 274/2015 — Complementar) foi apresentada para regulamentar a Emenda Constitucional 88, que determina que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU) se aposentarão compulsoriamente aos 75 anos. Para Serra, a extensão da aposentadoria compulsória é vantajosa para o servidor e para a administração pública.

— É uma questão de interesse do país. O governo vai economizar entre R\$ 800 milhões e R\$ 1,2 bilhão por ano, com o aumento do tempo de serviço. [O projeto] também é bom para a sociedade.

Os parlamentares foram quase unânimes na defesa da derrubada do veto. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a proposta não é uma questão de governo ou de oposição, mas é “uma efetiva medida de economia”. Para o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), faltou habilidade para o governo ao decidir pelo veto. O fato de um servidor se aposentar mais cedo, disse, significa que o governo terá de pagar um aposentado e um novo servidor.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) explicou que o veto não tinha a ver com o

mérito, mas com a questão da iniciativa — situação que depois foi pacificada por um novo entendimento do STF. O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), também anunciou o voto pela derrubada do veto. O deputado Silvio Costa (PSC-PE) chegou a dizer que o veto foi um “equivoco do governo”. O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), informou que os integrantes da base estavam liberados para a votação. Assim, com ampla maioria, o veto foi derrubado.

Ao vetar o projeto, a presidente Dilma Rousseff alegou que o tema é de iniciativa exclusiva do presidente da República e, por isso, a proposta é inconstitucional. O projeto agora segue para promulgação.



Congresso deve terminar análise de vetos em pauta e avaliar a revisão de meta de resultado primário deste ano

Congresso mantém vetos presidenciais a 3 projetos de lei

O Congresso também decidiu ontem à noite manter outros três vetos presidenciais a projetos de lei. Duas das propostas haviam recebido vetos parciais: a que inclui o turismo entre as atividades rurais e a que permite o uso de imóveis da União nas Olimpíadas de 2016. A terceira, que tratava da regulamentação da profissão de designer, foi totalmente rejeitada.

No caso do turismo como atividade rural (PLC 19/2011), 253 deputados votaram pela manutenção do veto e 148, pela derrubada. Houve 3 abstenções. Com a decisão da Câmara, não houve necessidade de votação no Senado.

O veto presidencial anulou um item da Lei 13.171/2015 que determinava que as “atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, que agregue valor a produtos e serviços do meio rural” seriam consi-

deradas atividade rural para fins do Imposto de Renda.

Segundo o governo, a redação do dispositivo era ampla, o que poderia enquadrar, indevidamente, certas ações turísticas como atividade rural, distorcendo a aplicação dos benefícios tributários do Imposto de Renda rural. A Lei 13.171/2015 é proveniente do PLC 19/2011.

O veto suscitou muitas críticas no Plenário. Algumas bancadas chegaram a entrar em obstrução. O deputado Silvio Torres (PSDB-SP), autor do projeto, lamentou a decisão do governo.

Imóveis

O projeto (PLV 13/2015, decorrente da Medida Provisória 679/2015) que permite o uso de imóveis da União — inclusive os do Programa Minha Casa, Minha Vida — nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 também recebeu veto parcial do governo, mantido no Congresso.

O trecho vetado da Lei 13.173/2015, sancionada a partir do PLV, previa a criação do Programa Nacional de Habitação dos Profissionais de Segurança Pública dentro do Minha Casa, Minha Vida. O projeto de lei autorizava a abertura de linhas de crédito para essa categoria de trabalhadores, com renda superior à estipulada pelo Minha Casa. Entre os deputados, foram 142 votos a favor do veto e 189 contrários, além de 2 abstenções. Novamente não foi necessária a votação entre os senadores.

Para o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a derrubada do veto seria uma forma de sanar um débito do Congresso com as forças policiais. Já o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), explicou que as casas da Cidade Olímpica, no Rio de Janeiro, serão destinadas às famílias que tiveram casas desapropriadas em função de obras para os

Jogos Olímpicos.

— É um compromisso que anteriormente já foi assumido — disse.

Designers

Os parlamentares decidiram manter o veto total ao projeto de lei que regulamentava a profissão de designer (PLC 24/2013).

Segundo a justificativa do Planalto, a imposição de restrições ao livre exercício de qualquer profissão só pode ocorrer quando houver a possibilidade de dano à sociedade. A proposta restringia o registro como designer a pessoas com curso superior em áreas como comunicação visual e desenho industrial ou com exercício profissional de mais de três anos no setor.

Entre os deputados, foram 221 votos a favor da manutenção do veto e 93 contrários, além de 2 abstenções. Mantido na Câmara, o veto não chegou a ser votado no Senado.

Votação de mudança da meta fiscal de 2015 é adiada para hoje

Apesar de a pauta do Congresso ter sido limpa com a votação dos vetos, o projeto que revisa a meta fiscal deste ano (PLN 5/2015) não foi votado porque parlamentares de oposição impediram a formação de quorum. Já passava da meia-noite quando o presidente do Senado, Renan Calheiros decidiu encerrar a sessão e convocar nova reunião para hoje ao meio-dia.

O projeto consolida mudança no resultado primário deste ano e autoriza o governo a fechar 2015 com um déficit de até R\$ 119,9 bilhões. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor prevê, por enquanto, um superávit de R\$ 55,3 bilhões, que não poderá mais ser atingido neste ano.

O resultado primário da União até setembro foi deficitário em R\$ 22,2 bilhões, o menor valor registrado para o período desde 1997. Além disso, até outubro a arrecadação acumulou redução real de 4,5%. Com a piora do cenário fiscal, o Executivo pediu a revisão da meta. O texto a ser votado estabelece meta de déficit primário para a União de R\$ 51,8 bilhões e de superávit para os estados, Distrito Federal e municípios de R\$ 2,9 bilhões. O resultado seria um déficit de R\$ 48,9 bilhões para o setor público brasileiro.

Ao governo, foi permitido reduzir o esforço fiscal para ampliar o déficit para quase R\$ 120 bilhões. Desse modo, o governo poderá acrescentar à meta

até R\$ 68,1 bilhões, se não conseguir arrecadar R\$ 16 bilhões previstos com concessões de usinas hidrelétricas, terminais portuários e outras da área de infraestrutura, a serem leiloados.

Segunda-feira o governo publicou um decreto que corta R\$ 11,2 bilhões em despesas discricionárias ainda em 2015. Senadores opositoristas insinuaram que isso poderia ser uma manobra para forçar os congressistas a aprovar a redução da meta fiscal.

Orçamento de 2016

Em relação à proposta orçamentária do ano que vem (PLN 7/2015), o relator-geral na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Ricardo

Barros (PP-PR), informou ontem que precisará cortar R\$ 17,4 bilhões para cobrir o déficit de R\$ 30,5 bilhões que veio na proposta do governo e cumprir a meta de superávit primário do próximo ano, que é de R\$ 34,4 bilhões.

A meta está prevista no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — PLN 1/2015) de 2016, que pode ser votado hoje pelo Congresso. Barros disse que os cortes serão definidos em conversas na comissão. O tamanho da redução já leva em conta o acréscimo de receita de R\$ 39,5 bilhões, aprovado ontem na CMO, mas não inclui recursos suficientes para atender as pressões para emendas parlamentares.

(Com Agência Câmara)

Relatório de Receitas do próximo ano, aprovado na CMO, prevê arrecadação de R\$ 10,1 bilhões com o tributo. Mas o projeto que recria a contribuição ainda precisa passar no Congresso

Comissão inclui CPMF no Orçamento de 2016

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório de Receitas da proposta orçamentária para 2016 incluindo R\$ 10,1 bilhões a serem arrecadados com a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O texto, apresentado pelo relator de Receitas, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), estima a arrecadação primária total do próximo ano em R\$ 1,451 trilhão. Descontados os tributos compartilhados com estados, Distrito Federal e municípios, a receita primária prevista para a União é de aproximadamente R\$ 1,219 trilhão — R\$ 39,5 bilhões a mais que o número indicado no projeto orçamentário (PLN 7/2015) enviado pelo governo em agosto.

É com a receita primária da União que o governo federal bancará as despesas de 2016, como os benefícios assistenciais e previdenciários, o salário dos servidores federais e gastos com saúde e educação, entre outras áreas. O relatório das despesas está a cargo de 16 relatores setoriais e do relator-geral da proposta orçamentária, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

A inclusão da arrecadação prevista com a CPMF no relatório de Receitas foi uma vitória do Planalto, mas a recriação do tributo ainda não é uma certeza. Depende da aprovação, pelas duas Casas do Congresso, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC)



Senador Gurgacz apresenta na CMO relatório que estima receita total da União em R\$ 1,45 trilhão

140/2015. O texto ainda não passou pela primeira etapa, que é a análise de admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Embate

A arrecadação com a CPMF entra, no Orçamento, como “receita condicionada”. As despesas que ela for financiar somente sairão do papel se o tributo virar lei, conforme explicou o deputado Ricardo Barros.

Pelo relatório de Receitas, a proposta orçamentária contemplará recursos com a cobrança da CPMF a partir de setembro do próximo ano, o que dá cerca de R\$ 10,1 bilhões líquidos.

O tributo sofre o princípio da noven-

tena: só pode ser cobrado 90 dias após a publicação da emenda constitucional.

O senador Acir Gurgacz, que desde a primeira versão do relatório foi contrário à inserção da CPMF, disse que a aprovação de ontem é parte de um embate que está só no começo.

— Não quer dizer que a CPMF está aprovada. É apenas o início da discussão — afirmou.

O líder do governo na CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), comandou a negociação na base aliada. O Executivo contou com o apoio de PT, PMDB, PCdoB, PP, Pros, PTB, PRB, PSD, PMB e PDT. Votaram contra PSDB, PSC, DEM e PSB.

Alguns parlamentares da base afirmaram ser contrários à CPMF, mas

disseram votar a favor em função do ajuste nas contas do governo.

O deputado Lázaro Botelho (PP-TO) discursou a favor da contribuição.

— É o imposto mais justo que existe, porque não tem sonegação. Seria importante se diminuísse outros impostos e aumentasse a CPMF — defendeu.

Entre os parlamentares contrários, houve cobranças para que o governo corte gastos, em vez de elevar a receita.

—Este Congresso deveria fazer a sua parte e não colocar [no relatório] a previsão de um imposto que não existe — afirmou o deputado Edmar Arruda (PSC-PR).

Repatriação

O relatório de Receitas inclui R\$ 21,1 bilhões com a cobrança de Imposto de Renda sobre recursos de brasileiros repatriados do exterior. Inicialmente, Gurgacz havia incluído R\$ 11,1 bilhões para a rubrica. Ontem ele aceitou acrescentar R\$ 10 bilhões seguindo orientação do governo, que atendeu pressão do PMDB.

Parte do valor acrescido, cerca de R\$ 7 bilhões, será destinada a despesas na saúde, como afirmou Ricardo Barros. Entre outras áreas beneficiadas, está o Programa Média e Alta Complexidade, que financia internações na rede própria e conveniada (pública e privada) do Sistema Único de Saúde (SUS).

(Da Agência Câmara)

Queda de 1,7% no PIB do trimestre retrata o momento da economia, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) lamentou os dados divulgados ontem pelo IBGE sobre o desempenho do produto interno bruto (PIB) no terceiro trimestre do ano. Eles apontam queda de 1,7% na comparação com os três meses anteriores.

Foi a terceira queda trimestral consecutiva. Com o anúncio, observou, os economistas começam a projetar que o PIB de 2015 diminuirá 3,5%.

A senadora lembrou que o setor agropecuário, que parecia sempre à margem da crise, encolheu 2,4% no período.

— Quando o campo vai bem, a cidade vai bem. E quando vai mal o campo, a cidade paga a conta — disse.



Foto: Jefferson Ruy/Agência Senado

Na avaliação de Alvaro, Executivo e Legislativo precisam passar por reforma

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o Poder Legislativo precisa se modernizar para se tornar mais enxuto, econômico e qualificado. Ele defende a redução do número de senadores e deputados. Fazendo sua própria reforma, o senador acredita que o Congresso terá mais autoridade para cobrar do governo federal uma reforma administrativa profunda.

— Temos que ter a ousadia de fazer mudanças transcendentais para o futuro do país. E vamos continuar cobrando ousadia do Executivo, cobrando as reformas necessárias. A ruptura com esse modelo ultrapassado é uma exigência da coletividade nacional.



José Medeiros pede medidas para combate ao desemprego que considerem informalidade

O aumento do desemprego no país é alarmante, afirmou José Medeiros (PPS-MT) ontem no Plenário.

Na avaliação do senador, as estatísticas do desemprego subestimam a real condição do povo, por não calcularem a elevada informalidade no mercado de trabalho.

Para José Medeiros, a complexidade dos impostos e a rigidez das leis trabalhistas dificultam a geração de empregos e acabam empurrando os trabalhadores para o mercado informal.

— Trata-se de uma retração muito forte da economia para um período muito curto. Os investimentos no país tiveram a maior queda desde 1996. Em Mato Grosso, a crise também se faz sentir — afirmou.

Gladson lamenta que somente 25% das obras da Copa de 2014 tenham sido entregues

Mais de um ano após a Copa, as cidades-sede ainda encontram dificuldades para finalizar o que foi prometido como legado, disse Gladson Cameli (PP-AC).

O senador informou que 25% das obras foram concluídas, enquanto outros 25% foram entregues parcialmente concluídas. Os 50% restantes



foram excluídas da matriz ou estão com sérias dificuldades.

Gladson disse que em Brasília só o aeroporto foi ampliado e o estádio foi concluído, mas por um preço bem mais alto. No Rio, o VLT não será feito, o Maracanã estourou o orçamento, o aeroporto está em obras e o porto está parado.

Fernando Bezerra Coelho busca apoio para projetos de irrigação no semiárido nordestino

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) anunciou que vai pedir à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) mais apoio a projetos de irrigação no semiárido nordestino, por meio da garantia do fornecimento de pequenas dotações de água.

Para o senador, a irriga-



ção é fundamental para a viabilidade da agricultura familiar e da pequena pecuária, atividades que estimulam o associativismo, geraram empregos e sustentam famílias. Bezerra disse que encaminhará pauta de produtores rurais da região à Codevasf e ao Ministério da Integração Nacional.

Paim: ações do Brasil contra aids são referência mundial

Ao lembrar o Dia Mundial de Luta Contra a Aids, Paulo Paim (PT-RS) citou as conquistas do Brasil. Ele lembrou que nos anos 80 o Brasil viveu uma experiência que serviu de referência a vários países, baseada na solidariedade aos doentes, na defesa da cidadania e no direito à saúde.

Paim chamou a atenção para a importância da pressão dos grupos mais expostos à aids sobre as autoridades, o que levou a medidas como a proibição do comércio de sangue.

— Foi com esse espírito combativo e democrático que a experiência brasileira contra a aids se desenvolveu e ganhou reconhecimento mundial.

Simone quer ato nacional contra exploração de crianças

Simone Tebet (PMDB-MS) lamentou os casos de exploração sexual infantil e pedofilia em Mato Grosso do Sul. A denúncia envolve personalidades do estado. As meninas geralmente são pobres e têm entre 9 e 12 anos.

— Prostituição infantil e pedofilia são crimes bárbaros, que matam o sonho e comprometem a integridade física, psíquica e moral dessas crianças. Que não tenhamos mais operações da PF envolvendo os estados individualmente. Que tenhamos uma grande operação nacional.



Cinco ministérios terão R\$ 950 milhões a mais

Medida provisória aprovada libera crédito para Integração Nacional, Relações Exteriores, Justiça, Transportes e Defesa. Embaixadas brasileiras e vítimas de seca e de chuvas serão beneficiadas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 697/2015, que libera R\$ 950,2 milhões para cinco ministérios: Integração Nacional, Relações Exteriores, Justiça, Transportes e Defesa. A maior parte dos recursos, R\$ 610 milhões, será destinada ao Ministério da Integração Nacional. O repasse é para atender populações vítimas de desastres naturais, como seca no Nordeste e chuvas excessivas e alagamento nas Regiões Norte e Sul.

Também serão liberados R\$ 300 milhões para o Ministério das Relações Exteriores. Os recursos serão usados no pagamento de aluguéis de imóveis, salários de auxiliares locais e auxílio-moradia de servidores de 227 representações diplomáticas no exterior (embaixadas, consulados e escritórios).

O Executivo alega que a abertura de crédito é para evitar a descontinuidade na prestação dos serviços diplomáticos após o aumento do



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

Proposta foi aprovada por unanimidade pelo Plenário e segue para promulgação

câmbio nos últimos meses, o que elevou os gastos com o custeio das representações.

O texto também destina à pasta dos Transportes R\$ 19 milhões para obras emergenciais de reparo nos terminais fluviais de Manacapuru e Humaitá, ambos no Amazonas, danificados pela cheia que atingiu o Norte neste ano.

Para a Justiça, serão enviados R\$ 15 milhões para financiar assistência a refugiados e a solicitantes de refúgio, principalmente sírios e haitianos. A assistência se dará por meio

de parcerias com estados, municípios e organizações da sociedade civil, entidades e organismos internacionais.

A Defesa receberá R\$ 6,2 milhões para financiar ações de manutenção da ordem, a cargo das Forças Armadas, em quatro municípios de Mato Grosso do Sul (Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista e Ponta Porã) onde ocorrem conflitos entre fazendeiros e índios da tribo guarani-kaiowá.

Aprovada por unanimidade no Plenário, a MP segue para promulgação.

Acatados embaixadores para Tanzânia e São Vicente

O Senado aprovou o nome de Carlos Alfonso Iglesias Puente para a embaixada do Brasil na Tanzânia. Ele vai ocupar o cargo cumulativamente com as representações em Comores e Seicheles. Foram 46 votos a favor, 3 contrários e 1 abstenção.

Nascido em 1963, Carlos Puente formou-se em relações internacionais pela Universidade de Brasília em 1984 e ingressou no curso de preparação à carreira diplomática

do Ministério das Relações Exteriores no ano seguinte. Também possui mestrado em ciência política pela Universidade de Toronto, no Canadá. Em 2008, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

O Senado também aprovou Antônio José Rezende de Castro para ser o embaixador nas ilhas de São Vicente e Granadinas, no Caribe. Foram 44 votos a favor, 5 contrários e 1 abstenção.

Rezende de Castro nasceu no Rio de Janeiro, em 1948. Ingressou no curso de preparação à carreira diplomática em 1969 e, dois anos depois, a iniciou profissionalmente, no posto de terceiro-secretário. Chegou a ministro de primeira classe em 2006.

As indicações já haviam sido aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e agora seguem para promulgação da Presidência da República.

PEC cria limites à ocupação de cargos comissionados

O Senado discutiu ontem a proposta de emenda à Constituição que cria limites e critérios para a ocupação de cargos comissionados na administração pública. A PEC 110/2015, já aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aguarda agora votação em Plenário.

De acordo com Aécio Neves (PSDB-MG), autor da proposta, o objetivo é reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente, capaz e qualificada tecnicamente, pois estabelece o critério da meritocracia e a realização de concurso público para preenchimento de parte dos cargos comissionados, 50% dos quais terão que ser ocupados por servidores do

quadro efetivo da instituição. As regras, no entanto, não se aplicam nos casos de assessoramento direto aos detentores de mandato eletivo, ministros e secretários dos estados, do Distrito Federal e municipais.

— Trata da qualificação da gestão pública no Brasil — afirmou Aécio sobre o substitutivo da proposta, que altera os artigos 37 e 39 da Constituição.

O relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), defendeu a proposta e disse que ela é oportuna por impor limites e critérios à ocupação dos cargos comissionados e por instituir o critério da meritocracia na administração pública. Ele leu as emendas de Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Walter Pinheiro (PT-BA).

— A iniciativa é uma extraordinária contribuição à reforma administrativa. A proposta reduz o tamanho da máquina pública. As indicações de caráter político e eleitoreiro comprometem a eficiência da administração pública — disse.

A proposta também foi defendida por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Simone Tebet (PMDB-MS).

No entanto, Dário Berger (PMDB-SC), Reguffe (PDT-DF) e Lídice da Mata (PSB-BA) disseram que a PEC pode contribuir para o aumento no número de comissionados, uma vez que a maioria dos estados brasileiros está hoje abaixo dos limites previstos.

Senado aprova proposta que tira Conselho de Gestão Fiscal do papel

AGENDA BRASIL

Passados 15 anos de sua criação por lei, o Conselho de Gestão Fiscal vai finalmente sair do papel e auxiliar na análise do equilíbrio fiscal do país. O Senado aprovou ontem um projeto que amplia as atribuições do conselho e viabiliza sua instalação. A proposta (PLS 141/2014 — Complementar), de Paulo Bauer (PSDB-SC), integra a pauta da Agenda Brasil.

De acordo com o autor, a instalação desse conselho estava pendente porque a lei torna muito difícil a regulamentação. Para ele, a exigência de uma composição extensa e paritária dos entes da Federação gera uma série de problemas. Não seria simples, por exemplo, escolher os representantes dos Legislativos municipais.

A primeira alteração do projeto é remeter a composição desse novo conselho a uma lei ordinária de iniciativa do Poder Executivo. O texto aumenta as atribuições do órgão quanto à obrigação de normatizar práticas contábeis do setor público, inibindo manobras conhecidas como “contabilidade criativa”.

Outra atribuição do conselho é avaliar a relação custo-benefício das políticas públicas.

— Teremos uma gestão fiscal mais moderna, adequada e próxima do que queremos os brasileiros — disse.

Simone Tebet (PMDB-MS), relatora do projeto, apresentou uma emenda para deixar claro que o conselho será único, para evitar que estados também criem entidades seme-

lhantes. Simone destacou que o conselho vai buscar a normatização contábil da União, de estados e de municípios.

Para Simone, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi um divisor de águas, mas ocorre hoje “um afrouxamento” na sua interpretação por parte dos gestores.

— Muitas vezes o gestor vem com receitas superestimadas e despesas subestimadas para continuar gastando o dinheiro público de forma indevida e ineficiente. Ou no sentido inverso, quando quer retrair.

O projeto foi elogiado em Plenário e teve voto favorável do líder do governo, José Pimentel (PT-CE). Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que o texto preenche uma lacuna na legislação. João Capiberibe (PSB-AP) disse que aprimora os mecanismos de controle do Estado.

Pelo PSDB, Cássio Cunha Lima (PB) e José Serra (SP) destacaram o avanço na gestão das finanças públicas com uma ação que complementa a LRF.

Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou a importância do projeto no momento atual, em que superavit e déficit são discutidos no Congresso.

A proposta agora será remetida à Câmara dos Deputados.



Paulo Bauer, autor do projeto que permite instalação de conselho

Walter Pinheiro será relator do projeto da repatriação de recursos

O projeto que trata da repatriação de recursos mantidos no exterior não declarados à Receita Federal será relatado por Walter Pinheiro (PT-BA) nas três comissões pelas quais a matéria terá de passar: de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e Especial do Desenvolvimento Nacional. Como o PLC 186/2015 tramita em regime de urgência, a análise nos três colegiados é simultânea.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que a proposta tinha trancado a pauta da Casa no final do semestre passado, mas, que, por um

acordo entre o Congresso e o Executivo, foi reapresentada e teve a tramitação iniciada pela Câmara dos Deputados. Agora será votada com celeridade pelos senadores.

Renan informou que o Congresso deve votar os vetos que trancam a pauta para apreciar o projeto de redução da meta fiscal de 2015 (PLN 5/2015), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento de 2016 — proposições que, segundo o senador, o Parlamento está “devendo” ao Brasil.

— Do ponto de vista do Legislativo, vamos fazer tudo para contribuir com o andamento do país — disse.

CPI do HSBC vai terminar antes do prazo

Comissão não conseguiu receber das autoridades francesas a lista oficial dos clientes com contas irregulares na Suíça. Outros órgãos brasileiros já investigam o caso

A CPI DO HSBC aprovou ontem requerimento para antecipar a apresentação do relatório final da comissão parlamentar de inquérito e o consequente encerramento das atividades. O pedido, feito por Davi Alcolumbre (DEM-AP), teve apoio de outros sete parlamentares. As datas de entrega do relatório, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), e de encerramento dos trabalhos ainda não foram anunciadas. Oficialmente, a CPI deveria encerrar os trabalhos em 30 de abril do ano que vem.

Para Alcolumbre, a CPI não teve êxito em receber das autoridades francesas a lista oficial dos clientes que teriam se beneficiado das vantagens ofertadas pelo banco para a abertura de contas irregulares na Suíça. Além disso, ressaltou,



Senadores Paulo Rocha e Randolfe Rodrigues, presidente e vice, apoiam requerimento para encerramento da CPI

o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Receita Federal investigam o caso.

“Considerando que a CPI do HSBC não consegue avançar nos trabalhos a que se propôs por absoluta impossibilidade material é que requeremos seja apresentado imediatamente o relatório final dos trabalhos”, requereu o senador.

O presidente da CPI, Paulo Rocha (PT-PA), explicou que

a comissão tentou por todos os meios ter acesso ao documento, mas foi malsucedida:

— Segundo os informes que nós já temos — já foi declarado aqui pelos representantes do Ministério da Justiça, da Receita e da Procuradoria-Geral da República —, esses documentos já estão de posse dos três órgãos do Brasil e já fazem parte, inclusive, do processo de investigação feito por esses

próprios órgãos. Por causa da relação bilateral entre o Estado brasileiro e o Estado francês, no entanto, o material não pode ser dividido com a CPI.

O vice-presidente da CPI do HSBC, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), classificou como melancólico o fim das investigações. Para ele, os trabalhos poderiam ter seguido outros rumos, independentemente da documentação que não

pôde ser compartilhada:

— Existiam outros caminhos de investigação com as pessoas citadas, com o material que recebemos do Coaf. Mas houve uma escolha, dada pela maioria desta CPI, quando suspendemos quebra de sigilos, em julho. Foi uma atitude inusitada, inédita na história do Parlamento, após termos aprovado a queda de sigilo.

Randolfe se referiu a reunião da CPI, em 16 de julho, quando os senadores voltaram atrás na decisão de quebrar sigilos bancários e fiscais de alguns dos investigados. O colegiado reconsiderou a quebra de sigilo de um dos maiores empresários de ônibus do Brasil, Jacob Barata, e de três integrantes da família: Rosane Ferreira Barata, Jacob Barata Filho e David Ferreira Barata.

Comissão quebra sigilos de Teixeira, Marin e Del Nero

Em rápida reunião ontem, a CPI do Futebol aprovou oito requerimentos. Entre eles, o que pede a transferência de informações bancárias e fiscais, incluído o relatório de inteligência financeira (RIF), do ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) Ricardo Teixeira, no período de janeiro de 2007 a março de 2012.

Foram ainda aprovadas as transferências das informações telefônicas e telemáticas do também ex-presidente da

CBF José Maria Marin, no período de março de 2012 a maio de 2015, e do atual presidente da entidade, Marco Polo Del Nero, de março de 2013 em diante. A CPI pede até as informações sigilosas.

Serão também transferidas para a CPI as informações bancárias e fiscais e os demonstrativos de resultados e lucros do Comitê Organizador Brasileiro da Copa de 2014 entre 1º de janeiro de 2008 e 12 de março de 2015.

A comissão ainda aprovou

requerimento que solicita à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro a cópia do processo de registro, do contrato social e demais documentos do Comitê Organizador da Copa de 2014.

Outros dois requerimentos aprovados pedem o compartilhamento, com reciprocidade, “de informações públicas, reservadas e ostensivas”, relativas às investigações da CPI, à Polícia Federal e à Procuradoria-Geral da República.

Projeto incentiva consumidor a gerar energia de fonte renovável

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem projeto que pode ajudar a alavancar a geração de energia elétrica pelos consumidores. O PLS 204/2014, do senador Wilder Moraes (PP-GO), obriga as concessionárias de energia a investirem em projetos de microgeração distribuída.

A ideia é aprimorar a Lei 9.991/2000, que obriga empresas do setor a investir em pesquisa em eficiência energética. O texto, que será agora votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevê que a maior parte dos projetos priorize consumidores favorecidos pela Tarifa

Social de Energia Elétrica — famílias com renda mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo.

Wilder considera a chamada geração distribuída, em que está inserida a geração de energia por painéis fotovoltaicos, uma oportunidade para reduzir a exigência de construção de linhas de transmissão a partir das hidrelétricas — geralmente localizadas longe dos centros consumidores — e, consequentemente, as perdas no processo.

Para o relator do projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a medida incentiva a produção de energia de fontes renováveis.

Avança flexibilidade para pagar boleto vencido

Boletos vencidos podem passar a ser pagos em qualquer banco, e não apenas naquele que os emitiu. É o que determina projeto aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). O texto é um substitutivo do relator, senador Reguffe (PDT-DF), ao PLS 138/2009, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

O relator acatou emendas aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com o texto, deverá ser oferecida ao consumidor a possibilidade de gerar o novo boleto atualizado pela internet, pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), pelo sistema de débito direto autorizado e por terminais eletrônicos de autoatendimento.

Os emissores de boletos deverão cumprir a determinação em até 90 dias após a publicação da nova lei ou estarão sujeitos às normas previstas

na lei que regulamenta o sistema de pagamentos brasileiro (Lei 10.214/2001).

Conforme Reguffe, o substitutivo elimina limitações técnicas do texto original, mas mantém o objetivo do autor, ou seja, “evita que o consumidor tenha que se deslocar até o emissor do documento, no caso de pagamento após a data do vencimento do título”.

O projeto agora segue para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Vice-presidente da CCT, Hélio José (D) preside reunião em que projeto foi aprovado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Otto quer prioridade para proteção das nascentes do Rio São Francisco

Relatório aprovado na Comissão de Meio Ambiente aponta recursos aplicados na transposição de águas, mas não na revitalização da bacia

A AMPLIAÇÃO URGENTE de recursos para proteger nascentes e recuperar matas ciliares nas margens dos afluentes da Bacia do Rio São Francisco está entre as prioridades apontadas por Otto Alencar (PSD-BA) em relatório sobre a avaliação do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A avaliação foi uma das tarefas escolhidas pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) para este ano. O relatório final foi aprovado ontem.

— Se não forem tomadas providências urgentes pelos governos municipais, estaduais e federal, caminharemos para, dentro de oito a dez anos, a morte completa do Rio São Francisco — alertou Otto.

No parecer, o senador mostra que todas as frentes de ação do programa têm sofrido redução significativa de recursos. Por exemplo, para as medidas de controle da erosão nos municípios que integram a Bacia do São Francisco, em 2009 e 2012, foram destinados, respectivamente, R\$9 milhões



Otto Alencar apresenta parecer à comissão, ao lado de Ataídes Oliveira

e R\$ 23 milhões. Este ano, pouco mais de R\$ 900 mil.

— Antes de se fazer a transposição das águas, deveria se fazer a revitalização, ou as duas andarem juntas, mas não é admissível que se invista R\$8,5 bilhões na transposição e não tenha se preocupado em revitalizar uma nascente — disse.

Falhas

Otto destacou as dificuldades de coordenação do programa, que deveria promover a integração de ações dos órgãos nos três níveis de

governo e da sociedade civil organizada.

— Observamos que a multiplicidade de atores para a execução do programa de revitalização, em baixo nível de articulação, e a falta de um coordenador com capacidade operacional e orçamentária para gerenciá-lo prejudicam o alcance dos resultados.

Ele também apontou falha no acompanhamento e no monitoramento das ações realizadas desde a criação do programa, em 2004. O senador afirmou que os órgãos execu-

tores não têm informações sobre os impactos das atividades de recuperação já feitas, afetando o planejamento de novas ações e desestimulando a participação da sociedade. O senador apontou deficiências na fiscalização, o que favorece a ocupação imobiliária desordenada e o descumprimento das leis ambientais por mineradoras, carvoarias e grandes fazendeiros.

Para que as medidas de revitalização do São Francisco sejam efetivas, ressaltou Otto, devem ser realizadas e monitoradas em toda a bacia. Ele citou estudos mostrando a importância de fiscalização nos afluentes para conter sedimentos levados para o rio pela agricultura, pecuária, mineração, lixo e esgoto das áreas urbanas.

Otto incluiu um anteprojeto de lei, que será apresentado pela CMA, para assegurar que recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos sejam usados em obras para melhorar quantidade e qualidade da água dos rios.

Vanessa defende posição brasileira para a COP-21

O posicionamento do Brasil na Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP-21), que ocorre até 13 de dezembro, em Paris, foi elogiado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— A contribuição do Brasil é ousada. O governo brasileiro defende a adoção, por todos os países, de metas obrigatórias de redução de emissão de gases de efeito estufa, em relação a 2005, em 37% até 2025, e em 43% até 2030. O país também vai se comprometer a gerar 45% da energia por fontes renováveis até 2030. Este ano, o Brasil deve finalizar o reflorestamento de 12 milhões de hectares. Deve ainda anunciar a meta de zerar o desmatamento na Amazônia Legal.

Ângela pede leis mais eficazes para mineração

Ângela Portela (PT-RR) alertou para a necessidade de mudanças nas leis sobre mineração, principalmente

para garantir uma fiscalização permanente e eficaz que evite, no futuro, tragédias como o rompimento de barragens da Samarco em Mariana (MG).

A senadora acredita que é um bom momento para o Congresso aprovar um novo código de mineração, mas teme, no entanto, uma votação apressada da proposta, em discussão na Câmara. Segundo Ângela, a proposta, do jeito que está, fragiliza a proteção ambiental porque permite a exploração mineral em unidades de conservação.

Comissão vai reavaliar leis sobre a política de segurança nas barragens

A Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens vai começar as atividades ouvindo o diretor-geral interino do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Telton Elber Corrêa. A audiência pública, que deve acontecer na semana que vem, foi aprovada ontem, com o restante do plano de trabalho da comissão.

O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), destacou que o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG),

revelou a necessidade de um debate sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), regulamentada pela Lei 12.334/2010.

— Principalmente para aperfeiçoar os dispositivos que tratam dos planos de segurança de barragem e de ação de emergência, inspeções de segurança regular e especial e revisão periódica — defendeu.

O senador propôs ampla avaliação de órgãos públicos responsáveis pela fiscalização de barragens e de proteção ao meio ambiente.

Texto prevê anistia de multa do Ibama por infração anterior a 2011

Multas do Ibama aos municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar 140/2011 poderão ser anistiadas. É o que propõe o deputado Jovair Arantes (PTB-GO), autor do PLC 112/2015, aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O município terá de comprovar que o empreendimento ou a atividade objeto do auto de infração emitido pelo Ibama já estava em processo de licenciamento ou de

autorização ambiental antes da publicação da lei.

O relator do projeto na CMA, Eduardo Amorim (PSC-SE), explicou que a competência comum dos entes federados de proteção ao meio ambiente, prevista na Constituição, “hibernou” por mais de vinte anos até ser regulamentada pela lei complementar. Nesse período, disse, ocorreu “uma confusão de competências no licenciamento”.

O texto vai à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Avança projeto que regulamenta a profissão de instrumentador cirúrgico

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que regulamenta a profissão de instrumentador cirúrgico (PLC 75/2014). A relatora na comissão foi Marta Suplicy (PMDB-SP).

Pela proposta, que agora será analisada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), poderão exercer a profissão os que tenham curso específico de instrumentação cirúrgica, ministrado por escola oficial ou reconhecida pelo governo, ou os que tenham concluído um curso ministrado por escola estrangeira e

que revalidem o diploma no Brasil.

Também poderão exercer a atividade os que, na data de entrada em vigor da lei, comprovem ao menos dois anos no exercício da função.

Passam a ser atribuições do instrumentador cirúrgico, de acordo com a proposta, ordenar e controlar todo o instrumental utilizado nas cirurgias, efetuar a assepsia dos materiais, além de preparar e desmontar as mesas cirúrgicas e depois fazer a guarda de todo o material. O projeto é do deputado licenciado George Hilton, atual ministro do Esporte.

Deficiente visual poderá ter software específico e espaço exclusivo em biblioteca

Todas as bibliotecas públicas nas cidades com mais de 50 mil habitantes deverão garantir atendimento especializado e reservar espaços exclusivos às pessoas com deficiência visual, contendo mesas, cadeiras e teclados específicos. Deverão ainda facilitar o acesso dessas pessoas aos computadores por meio da utilização de softwares específicos. Isso é o que determina projeto (PLS 138/2014) de Ciro Nogueira (PP-PI) aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O relator, Romário (PSB-RJ),

lembrou que muitas limitações do braile, como a dificuldade na aprendizagem, foram superadas com a criação de softwares e a adaptação de periféricos, aumentando a possibilidade de exploração de textos escritos.

O senador citou o software Dosvox, desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que permite a acessibilidade por meio de um sintetizador de voz, o único a fazê-lo em língua portuguesa quando foi criado.

A proposta segue para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde será votada em decisão terminativa.

Ações públicas são capazes de reabilitar agressor de mulher, dizem especialistas

Em audiência, debatedores apresentaram iniciativas adotadas pelo país que buscam educar homens enquadrados na Lei Maria da Penha

SENADORES, INTEGRANTES DO Ministério Público e do Judiciário e gestores de programas públicos contra a violência doméstica acreditam na reeducação dos homens agressores.

Eles debateram o tema ontem numa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e concluíram que a mudança é possível desde que haja políticas públicas específicas.

Os expositores da audiência trouxeram exemplos de ações que estão sendo feitas em alguns estados e têm obtido sucesso. A partir da educação e da reflexão em grupos, grande parte dos homens que agrediram mulheres e foram processados com base na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) está deixando de reincidir na violência.

De acordo com os palestrantes, o trabalho com os agressores é importante e não deixa de ser uma política de proteção das mulheres.

O juiz Jamilson Haddad Campos, da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá, lembrou que as ações de reeducação já estão previstas na própria Lei Maria da Penha. Para Campos, essa linha de trabalho precisa ser multiplicada pelo Brasil.

Apesar de o país ter uma das legislações mais avançadas no combate à violência contra a mulher, uma em cada quatro brasileiras já sofreu agressões físicas ou psicológicas associadas à condição de gênero.

O Brasil ocupa a quinta posição no ranking mundial de assassinatos de mulheres, atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

Ciclo quebrado

No Rio Grande do Norte, a promotora de Justiça Érica Canuto citou o exemplo do Grupo Reflexivo de Homens, criado em 2009, para agressores que respondem a processos pela Lei Maria da Penha. O objetivo do grupo é esclarecer a esses homens que a violência contra a mulher é um problema sócio-histórico e, por meio da reflexão, fazê-los mudar de atitude, quebrando o ciclo da violência.

O grupo se reúne uma vez por semana, por duas horas, e são dez encontros obrigatórios. Ali também acontece a troca de experiências, pois é dado espaço e voz aos participantes. Entre as frases que a promotora relatou escutar



Regina Sousa (C) preside a audiência da Comissão de Direitos Humanos sobre as políticas públicas de proteção das mulheres

nesse grupo, estão “Eu não bati nela; eu bati no atrevimento dela” e “Eu pensei que não podia bater só na mulher dos outros, mas na minha eu não sabia que era proibido”. Ela afirmou que os resultados do grupo estão superando as expectativas.

— Nós esperávamos reduzir a reincidência em 50%, mas em três anos de funcionamento do grupo mais de 300 homens já passaram pelo grupo em três cidades diferentes do Rio Grande do Norte e surpreendentemente nós mantivemos o índice de reincidência zero — disse.

Presidiários

O projeto Lá em Casa Quem Manda é o Respeito, desenvolvido há quatro anos pelo Ministério Público de Mato Grosso, é outro caso de ação positiva para a reeducação do agressor.

O projeto trabalha com os homens que estão presos e, por meio de sessões com psicólogos e assistentes sociais, eles contam suas histórias.

Segundo a promotora Lindinalva Rodrigues, dos 2 mil homens atendidos até hoje, houve 6% de reincidência. Desses 6%, mais de 70% eram homens que tinham problemas com álcool e drogas

— Nós pudemos ver que o João, o Antônio, o José eram todos o mesmo homem. Tinham todos a mesma história de vida. Eram homens sofridos, que viram a mãe sendo espancada pelo pai ou pelo padrasto e que apanharam muito na sua infância — contou.

Na mesma linha, Luciana Beco Madureira, psicóloga da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, explicou que atua num projeto de reeducação de presos. O objetivo é evitar a reincidência, com foco nos

presidiários que cometeram crimes contra mulheres.

A promotora Maria Gabriela Prado Manssur, coordenadora do Núcleo de Combate à Violência contra a Mulher do Ministério Público em Taboão da Serra (SP), falou do Projeto Tempo de Despertar.

Iniciado há três anos, o projeto foi lançado após se constatar que, em 65% dos casos de violência, os autores eram reincidentes.

— É necessário criar a obrigatoriedade de os homens comparecerem a esses cursos, inclusive prevendo algum benefício para ele, como a atenuação da pena ou a troca da pena de privação de liberdade pelo sursis, que é a suspensão condicional da pena.

A psicóloga Maisa Guimarães, da Subsecretaria de Política para Mulheres do Distrito Federal, falou sobre o trabalho do Núcleo de Atendimento às Famílias e a Autores de Violência Doméstica.

Criado em 2003, o programa tem nove núcleos de atendimento e a demanda tem crescido. O serviço é vinculado à Justiça, que encaminha os agressores para os núcleos.

— Em 2012, tínhamos 40 autores de violência encaminhados por mês para o serviço. Em 2015, 115 homens são encaminhados por mês, o que representa um aumento de 275% da demanda — afirmou.

Debate histórico

Verginia Dirami Berriel, que representou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) na audiência, afirmou que na atual diretoria da entidade homens e mulheres estão igualmente representados em termos numéricos.

Para Regina Sousa (PT-PI), que propôs o debate, a audiência pública foi uma das mais importantes já realizadas

na CDH com a temática de violência contra a mulher. A senadora afirmou que essas ações devem se transformar em políticas de Estado.

— Se as pessoas em iniciativas individuais já conseguem fazer tanto, imagine se há o apoio do poder público — afirmou.

Propriedade

Simone Tebet (PMDB-MS), que preside a Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, admitiu como indispensável um olhar para a reeducação dos agressores e, sobretudo, para a educação das novas gerações. Ela defendeu a inclusão do tema nos conteúdos escolares.

— Temos que mudar a mentalidade do menino e da menina. É preciso deixar claro que é direito da mulher ser tratada com respeito — disse a senadora.

Segundo Donizeti Nogueira (PT-TO), é preciso combater o sentimento de propriedade que o homem tem sobre a mulher.

— É necessário ter punições severas, mas a gente tem que encontrar uma forma de ressocializar esse homem — afirmou.

Para Fátima Bezerra (PT-RN), o país deu passos importantes do ponto de vista da legislação, mas é preciso avançar nas políticas públicas.

A audiência foi mais um evento dentro do ciclo destinado a analisar as políticas públicas de combate à violência contra as mulheres que está sendo realizado pela CDH, em cumprimento à determinação regimental de que cada comissão do Senado promova anualmente a avaliação de uma das políticas públicas do seu campo de atuação. Regina Sousa foi encarregada de produzir o relatório.

Para Crivella, polícia do Rio discrimina negros e pobres

Marcelo Crivella (PRB-RJ) repudiou a ação policial que assassinou cinco jovens na Favela da Lagartixa, no Rio, no sábado. Eles voltavam do Parque de Madureira, onde comemoraram o primeiro emprego de um deles, quando o carro em que estavam foi atacado por PMs, que deram mais de 50 tiros. O senador leu um texto do jornal *O Globo* sobre a violência policial.

— As palavras marcam bem a vergonha pela qual passa o Rio pelo assassinato de cinco jovens covardemente atingidos por uma polícia violenta, que discrimina negros e pobres.



Dinillegião

Para Lídice, cariocas foram mortos por causa de racismo

Lídice da Mata (PSB-BA) manifestou revolta contra o assassinato de cinco jovens na periferia do Rio no sábado. Segundo ela, foram mortos por racismo, por serem pretos e pobres.

— Isso é revoltante — disse a senadora, que é presidente da CPI que investiga o assassinato de jovens no Brasil.

De acordo com Lídice, só em 2013 foram mortos no país 33 mil jovens negros.

— E agora mais esse massacre chocante. Naturalizou-se a ideia de que a juventude negra e pobre pode morrer. E é contra isso que a nossa comissão se coloca.

PMs que atiraram em jovens ficarão impunes, prevê Paim

Paulo Paim (PT-RS) lamentou o assassinato de cinco jovens negros, com idade entre 16 e 25 anos, ocorrido no sábado, no Rio. Os suspeitos de disparar mais de 50 tiros no carro onde os jovens estavam são policiais militares, que já estão presos para apuração dos fatos.

— É essa barbárie que está me assustando muito, essa barbárie que não tem fronteira. É no Brasil e no mundo. A vida, para muitos, não tem mais valor. Matar cinco jovens dessa forma é algo que passa. Amanhã ou depois, os policiais serão apenas transferidos de uma área para outra e dirão que se enganaram.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado